



## O ECOFEMINISMO E A RELAÇÃO ENTRE NATUREZA E MULHER

Débora Aymoré\*

Universidade Federal do Paraná - UFPR

[deboraaymore@gmail.com](mailto:deboraaymore@gmail.com)

**RESUMO:** A abordagem histórica e filosófica de constituição da modernidade demonstra, primeiramente, um *saber-fazer* que se realiza a partir de sua base na natureza e, posteriormente, como desenvolvimento de estratégias produtivas. Deste modo, é possível reconstituir alguns elementos da proposta ecofeminista, em especial aqueles que se dirigem à produção sem limites e à acentuada industrialização. Embora em consonância com outras abordagens feministas, já que o ecofeminismo se constitui como postura de resistência ao patriarcado e às relações de dominação, ressalta-se especialmente a relação entre natureza e mulher, que é mantida por suas repercussões positivas, tal como no reconhecimento da experiência das mulheres e na recuperação da consideração da biosfera como ativa e necessária à sobrevivência dos seres humanos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Natureza – Mulher – Ecofeminismo.

## ECOFEMINISM AND THE INTERRELATION BETWEEN NATURE AND WOMEN

**ABSTRACT:** The historical and philosophical approach to Modernity demonstrates, in the first place, that know-how is mainly developed from the natural basis and, secondly, as the development of productive strategies. Therefore, it's possible to reconstruct some elements derived from ecofeminist proposals, especially those opposed to non-limited production and forceful industrialization. Although in consonance to other feminist approaches, such as ecofeminist resilient postures as opposed to patriarchy and power dominance within social relations, the interrelation between nature and women stands out, considering its possible positive repercussions, such as recognition of women experience and in the recovery of the biosphere as active and needed to humans' survival.

**KEY-WORDS:** Nature – Women – Ecofeminism.

## INTRODUÇÃO

---

\* Doutora em Filosofia com estágio de pesquisa no exterior com bolsa CAPES. Pós-doutorado Universidade de São Paulo. Professora Substituta do curso de Filosofia da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Em *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir (1908 – 1986) ressalta que a categoria fêmea não é suficiente para definir a mulher. Avalia, além disso, que apenas o homem seria reconhecido como pertencente à categoria sujeito, pois, entre outras razões, ele poderia prescindir da mulher para sua existência. Desta maneira, reconhece, de modo geral, que a alteridade é fundamental para o pensamento humano, na medida em que: “Nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente Outra diante de si”. (BEAUVOIR, 2009, p.17)

Sendo esta alteridade projetada na natureza ou na mulher, haveria a dependência do olhar ou da visão do sujeito que, na relação de conhecimento e de reconhecimento, objetifica ou reifica o outro, tornando-o objeto. Beauvoir se dedica à investigação do significado de ser mulher, deparando-se com imagens dúbias. Se, por um lado, as mulheres estariam mais próximas da natureza por conta de sua capacidade gerativa, por outro lado, a redução da experiência da mulher à reprodução simplifica demasiadamente os significados que se podem atribuir às experiências das mulheres. Ademais, enquanto agentes, as mulheres são consideradas pelo existencialismo de Beauvoir como sujeitos tal como os homens, pois elas seriam igualmente lançadas no mundo, permanecendo livres e capazes de dotar de significado a sua existência. A partir destas questões iniciais poderíamos nos perguntar: a natureza permaneceria, neste caso, na condição de objeto?

Além de Beauvoir, outras autoras feministas visualizam esta associação entre a natureza e as mulheres. Para os nossos propósitos, analisaremos o *insight* de Donna Haraway (1995), que ressalta aspectos epistemológicos relacionados à teoria feminista, bem como três textos de autoras ecofeministas: Vandana Shiva (1997), Maria Mies (1997) e Janyne Sattler (2019). Mostrando que, enquanto no texto de Haraway a associação entre a natureza e as mulheres é indiretamente tratada, nas três outras autoras tal associação é direta. Além disso, as suas respectivas análises podem ser organizadas por graus de abrangência, na medida em que a teoria feminista busca incentivar a produção de saberes localizados, sem a perda de conteúdo explicativo e existencial obtido a partir das experiências das mulheres.

Assim, o ecofeminismo desborda da preocupação pautada nas experiências das mulheres e nas relações de gênero para a relação que estabelecemos com a natureza, mantendo a associação entre os poderes gerativos femininos e a capacidade regenerativa

da natureza. No entanto, já em Haraway podemos constatar a consideração do mundo como ativo, e não apenas os seres humanos. O que, como veremos, é uma concepção que impacta sobre a perspectiva epistemológica da natureza, bem como na prescrição de possíveis limites à ação humana no mundo.

Pretendemos, assim, reconstruir histórica e filosoficamente, alguns elementos oriundos do ecofemismo partindo da associação do projeto baconiano ao contexto contemporâneo de desenvolvimento produtivo. Assim, a abordagem ecofeminista parte deste pano de fundo, considerando a escolha de industrialização desenfreada, de aceleração da produção e de destruição ambiental, com seus impactos na existência, na subsistência, e na sobrevivência humana.

### **PRECEDENTE HISTÓRICO: O PROGRESSO E O CONTROLE SOBRE A NATUREZA**

Dominique Bourg ressalta que vivenciamos contemporaneamente o “utopismo técnico”, embora as raízes históricas desta experiência coletiva remonte pelo menos ao século XVI. A origem deste utopismo seria um conjunto de ideias propagadas a partir das obras de Francis Bacon (1561 - 1626), que prescreveria, por um lado, a projeção do tempo como um sentido linear, quantitativo, e, por outro lado, que a renovação do conhecimento, dos métodos e das técnicas humanas, indicariam o caminho para uma “idade de ouro”, marcada por aplicações mais eficientes oriundas da técnica.

Além disso, a concepção de progresso, irmanada com a concepção de tempo linear, amplia o seu escopo do progresso material considerando, inclusive, que as técnicas seriam capazes de fomentar o progresso moral. Deste modo, há uma profusão de significados atribuídos à nova instauração do conhecimento, na medida em que o progresso é técnico, científico, social, material e moral. Porém, nenhum progresso que se associe ao *saber-fazer* poderia prescindir da própria base a partir da qual o trabalho e a produção humana se realizam, ou seja, a natureza permanece, mesmo neste projeto utópico, como imanente.

Do mesmo modo que a crítica feminista projeta-se contra a dominação masculina sobre o feminino, à medida que mantém a mulher reificada diante do olhar do homem, é possível levantar objeções a partir da releitura contemporânea do projeto baconiano, pois, mesmo que implicitamente, manteria a imagem de natureza

objetificada, passiva e a espera que, por intermédio da ação humana, receba significado e valor. Não por acaso à valorização da técnica subjaz uma concepção de que a natureza, tal como ela nos foi dada, tornando-se meio para a realização das aspirações humanas.

Tal como na reflexão de Francis Bacon, também em René Descartes (1596 – 1650) é possível rastrear certo afastamento em relação à tradição antiga e medieval. A física matemática, centrada na quantidade e na medição, prescreve outros elementos cognitivos relevantes para a compreensão da natureza, diversa da versão sugerida por Aristóteles (384 – 322 a.C.). Pois, a ideia moderna de natureza visualiza, a partir da necessidade da natureza, a possibilidade de eficácia da técnica:

Por conseguinte, é nada menos que todo o domínio da necessidade natural que agora se abre às transformações e manipulações técnicas e daí a própria universalidade da ambição humana de domínio. O conhecimento de todas as causas, naturais (o da “força das ações do fogo, da água, do ar” etc.) e técnicas (o dos “diversos ofícios dos nossos artífices”), permite o domínio de todos os efeitos possíveis. (BOURG, 1998, pp.25-26)

A necessidade na natureza implica, epistemológica e tecnicamente, na investigação das causas, pois tal conhecimento garantiria a eficácia técnica. Trata-se, então, de uma espécie de “regresso ao Éden”, que, sob a influência de Pelágio, monge contemporâneo a Santo Agostinho (354 – 430 d.C.), que visualizava a bondade natural do homem e que seriam nas ações que os hábitos viciosos poderiam ser encontrados. Consequentemente, as ações humanas seriam capazes, entre outros, de exercer controle sobre os animais. Descartes, então, mantém em alta estima a liberdade e a autonomia humanas, cuja ação seria capaz de inventar artifícios, projetando-se para a medicina, o que potencializa o rendimento do próprio ser humano (BOURG, 1998, p. 28 – 30).

Bacon considera que o embate com a natureza apresenta uma justificativa humanista de fundo, oriunda da interpretação Bíblia e, segundo Bourg, pelagiana, pois se deve cultivar a ciência por amor à humanidade (BOURG, 1998, p. 35). Embora tendo em vista este objetivo, o poder exercido por intermédio do *saber-fazer* é projetado sobre a natureza, para que se possa, entre outros feitos, controlar o crescimento dos animais, bem como suas características e seu comportamento (BOURG, 1998, p. 38). Não se trata, portanto, de um conhecimento desinteressado, mas antes de uma investigação intencional das redes de causalidade em que os fenômenos naturais estão enredados:

A natureza, compreendendo as faculdades humanas de tipo moral, surge como campo de manipulação sem limites. Nada pode ser excluído da eventualidade de uma intervenção material, da manipulação de qualquer mecanismo: a inteligência, a alegria, os prazeres dos sentidos, as espécies vivas, assim como todo e qualquer material. (BOURG, 1998, p.40)

Considerando que o próprio ser humano é uma dentre as espécies vivas, há que se ressaltar a possibilidade que o controle<sup>1</sup> da natureza se desdobre em dominação sobre o próprio ser humano, pois o utopismo técnico<sup>2</sup> visualiza, mesmo que inicialmente de modo incipiente, que “[...] as ciências, e as técnicas encerram o meio de transmutar por completo a condição humana” (BOURG, 1998, p.42); seja esta condição compreendida como material ou imaterial (ou moral). No entanto, o alvo inicial da transformação é dirigido, primeiramente, à natureza, sobre a qual o ser humano aprende a exercer controle, devido à compreensão de que a natureza não seria mais que uma herança recebida.

Há, portanto, a influência do pensamento de Bacon na visão de natureza mecânica de Descartes, tal como atestado por Bernardo Jefferson de Oliveira. Considerando, ademais, que a ciência que enfatiza a tecnologia pressupõe a transformação da natureza. Ideia esta que se apresenta no humanismo renascentista, na medida em que a inspiração alquimista motiva a imagem de homem como criador (OLIVEIRA, 2010, p. 125). Porém, enquanto na Antiguidade a natureza era um ideal ou uma realização concebida humanamente a partir da arte (mimética ou produtiva), na modernidade ela é reduzida ao mecanismo, cujo conhecimento identifica com maior ênfase a relação entre matéria e movimento (OLIVEIRA, 2010, p. 127). No entanto, algo permanece mesmo na perspectiva moderna: “[...] a analogia entre fenômenos naturais e técnicos deveria ter como ressalva a diferença essencial da autoprodução da natureza.” (OLIVEIRA, 2010, p.128)

---

<sup>1</sup> Segundo Hugh Lacey, o “[...] controle contrasta com certas posturas tais como reciprocidade, mutualidade e respeito, nas quais se entende que o valor do objeto com o qual se interage – no contexto da ação – possui um certo grau de integridade e não é redutível ao seu valor instrumental para o agente” LACEY, 2008. p. 160).

<sup>2</sup> Esta perspectiva utópica é amplamente desenvolvida na obra filosófica e literária *Nova Atlântida*, de Francis Bacon. E, embora o texto atual não nos permita desenvolver o tema, é interessante ressaltar que Descartes teria tido acesso à tradução francesa realizada em 1631, com o título *Histoire Naturelle de Messire Bacon suivie de l'Atlas Nouveau* (BOURG, 1998, p. 43).

Diferentemente da tradição aristotélica, que considerava a possibilidade de utilização os produtos da natureza para finalidades humanas, sem, no entanto, alterar a sua substância, a arte como criação possibilita pensar nos mecanismos, rearticulando a própria natureza segundo novas bases (OLIVEIRA, 2010, p. 131). A ciência experimental apresentada por Bacon permite que o conhecimento altere a natureza. A arte como criação, deste modo, “[...] descobre e inventa coisas que a natureza jamais revelaria.” (OLIVEIRA, 2010, p.132)

Inclusive, é possível identificar justificativas teológicas para o conhecimento e a transformação da natureza. Segundo Oliveira, Bacon nos fornece pelo menos três justificativas, que identificamos por sua ênfase epistemológica, metodológica e antropológica. Em relação ao âmbito epistemológico, sugere-se evitar as especulações sobre a palavra de Deus, avançando para a investigação da natureza, por ele criada; em relação ao âmbito metodológico, o método experimental manteria o homem humilde mesmo diante da possibilidade de controlar a natureza, posto que, nas investigações, deve-se respeitar método; e, em relação ao âmbito antropológico, o homem é reconhecido como criador e capaz de exercer controle sobre a natureza (OLIVEIRA, 2010, p. 133 - 135).

Tais justificativas repercutem, então, em outra forma de engajamento com a natureza, que implica em pelo menos três sentidos que lhe são atribuídos. (1) A natureza livre e que segue o seu curso normal, sendo este curso benéfico ou não aos seres humanos; (2) a natureza errática, que abandona o seu curso normal, mesmo considerando que a expressão errática é parte da capacidade produtiva da natureza. Porém, para os seres humanos, poderia ser caracterizado como anomalia ou monstruosidade; e, finalmente, (3) a natureza constrangida, e que, contrário senso, é liberta pela ação humana. Pois, a “[...] natureza se torna verdadeiramente disponibilizada (liberta) somente quando decifrada e reproduzida pelo homem.” (OLIVEIRA, 2010, p.137)

Assim, enquanto a contemplação metodologicamente dirigida poderia ser suficiente para o conhecimento da natureza livre e errática (sentidos 1 e 2), permitindo conhecer, respectivamente, as normas e os seus potenciais desvios. A natureza constrangida (sentido 3) é aquela para a qual se dirige o interesse do investigador, porque torna efetivo o controle da natureza por via do *saber-fazer*. A mera

contemplanção ou as disputas verbais não são, por si mesmas, materialmente transformadoras e, assim, são criticadas porque pifiamente produtivas.

## **DO PROGRESSO À COMPREENSÃO ECOFEMINISTA SOBRE O DESENVOLVIMENTO**

Considerando que a concepção de progresso é multifacetada e historicamente assentada, é importante afirmamos que o desenvolvimento<sup>3</sup> é uma concepção oriunda especialmente da Segunda Guerra Mundial em diante e, desta maneira, distancia-se por aproximadamente quatro séculos em relação às formulações de Bacon sobre a capacidade humana de transformação da natureza por intermédio do conhecimento metodologicamente dirigido e pela intervenção técnica na natureza. Apesar disso a contemporaneidade pode ser considerada como etapa de realização plena do projeto baconiano nos âmbitos econômico e político.<sup>4</sup>

Dado que a tecnociência contemporânea é, ainda assim, devedora do projeto baconiano<sup>5</sup>, é preciso, mesmo que de modo breve, ressaltar a postura crítica que se assumiu diante das consequências nocivas do desenvolvimento, sentidas em especial por aqueles muitas vezes alijados do processo produtivo próprio do espaço público: as mulheres, bem como aqueles por vezes dependentes de seu cuidado, entre eles as crianças, os doentes e os idosos. Paralelamente, “[...] o modelo de desenvolvimento econômico tem sido construído, a níveis alarmantes de poluição industrial, os sérios riscos para a saúde e cada vez maior perda de bem-estar humano” (HÄUSLER, 2000,

---

<sup>3</sup> Sabine Häusler afirma que no primeiro decênio (a partir de 1960) de aplicação do desenvolvimento o investimento era em função da industrialização dos países pós-independentes. No segundo decênio (a partir de 1970), houve distribuição mais equitativa de riquezas, com melhoria da justiça social voltada para a educação, a saúde etc. Porém, após a crise do petróleo (1973), ascende a escola neoliberal de economia, repercutindo no terceiro decênio (a partir de 1980), com a exigência de pagamento das dívidas externas e a diminuição dos serviços sociais, cuja consequência foi sentida mais fortemente pelas mulheres do Sul e pela natureza (HÄUSLER, 2000, p. 42 - 44).

<sup>4</sup> A modernização, sob a influência da modernidade, realiza-se segundo as estratégias de superação de tradições e crenças consideradas atrasadas, da introdução de tecnologia moderna e do consumo maciço (HÄUSLER, 2000, p. 48).

<sup>5</sup> Dentre os problemas advindos deste projeto, um deles está nas aplicações tecnológicas, pois, segundo Lacey o “[...] entendimento teórico lida apenas com as ‘causas materiais’ das coisas. O ganho reside no avanço tecnológico; o problema é que os objetos tecnológicos são introduzidos sem um entendimento *completo*, e isto se manifesta nas atuais crises ambientais e ecológicas” (LACEY, 2008, p. 146).

p.52). Assim, a concepção de natureza constrangida é reiterada pela produção eficaz, sem limitações, nem sempre sensível ao bem-estar humano.

Contemporaneamente, o ecofeminismo pode ser compreendido como uma forma de exercício do “ecologismo”. Atribuída inicialmente ao zoólogo alemão Ernst Haeckel (por volta de 1866), e que, desde o início do século XX, se forma como ramo da biologia, a ecologia investiga as relações entre os organismos vivos e o ambiente. A natureza, a partir da ecologia, é entendida como inter-relacionada, abarcando seres inanimados e seres animados, sejam eles humanos ou não humanos. Prioriza-se, nesta área da biologia, o ecocentrismo ao invés do antropocentrismo (HEYWOOD, 2010, p. 45).

O ecologismo funciona também como modo de reação à industrialização exacerbada, tal como no caso do pastoralismo romântico na Alemanha do século XIX, expressando, no século XX, a preocupação de que o crescimento econômico produza riscos para a manutenção da vida no planeta. A partir de 1980 essa questão passa a integrar a agenda política de vários países industrializados. Desta maneira, um dos equívocos de compreensão que se procura corrigir é o de que os seres humanos estariam no centro da existência, reiterando a questão de que eles são, tal como os demais seres vivos, inseparáveis da natureza (HEYWOOD, 2010, pp. 46 - 47). Assim, produz-se via ecologia uma imagem de natureza diversa do sentido de natureza constrangida (sentido 3), na medida em que, “[...] vê a natureza como uma rede de relações preciosas, porém frágeis, entre as espécies vivas – inclusive a humana – e o meio ambiente natural.” (HEYWOOD, 2010, p.47)

A partir do século XX a ecologia passa a estudar tais relações, uma vez que os seres humanos, os animais e as plantas, configuram-se como partes do ecossistema. Considerando, no entanto, que a relação não ocorre apenas no interior de regiões geográficas delimitadas, mas igualmente entre vários ecossistemas, o mundo natural é compreendido como ecoesfera ou biosfera. A apropriação sem limitações da riqueza material pelos seres humanos impacta, portanto, até mesmo nos ecossistemas que propiciam a sua sobrevivência enquanto espécie (HEYWOOD, 2010, pp. 48 - 49).

Heywood, ao mencionar o trabalho de Arne Naess (1912 – 2009), traça a diferença entre a ecologia superficial e a profunda. Enquanto a ecologia superficial mantém a tese do androcentrismo, na medida em que seu foco de atenção está voltado às necessidades humanas, a ecologia profunda “[...] rejeita por completo qualquer

crença persistente de que a espécie humana seja, de alguma maneira, superior ou então mais importante do que qualquer outra espécie, ou até do que a própria natureza.” (HEYWOOD, 2010, p.49)

Na medida em que a apropriação das riquezas e a produção material podem ser causas da destruição das relações frágeis que se apresentam na biosfera e que, além disso, o próprio ser humano mantém-se intimamente relacionado à natureza, o ecologismo avalia de modo negativo não apenas o excesso de industrialização, cuja base de sustentação seria a ideia de que “[...] a vida humana tem possibilidades ilimitadas de prosperidade e de crescimento material.” (HEYWOOD, 2010, p.54). E é justamente por este motivo que a industrialização é caracterizada “[...] pela produção em grande escala, pelo acúmulo de capital e pelo crescimento contínuo. Como filosofia, dedica-se ao materialismo, aos valores utilitários, à fé absoluta na ciência e à veneração à tecnologia.” (HEYWOOD, 2010 p.55)

A ideia de sustentabilidade, então, coloca-se em oposição às possibilidades ilimitadas de prosperidade e de crescimento material, procurando manter as ambições restritas a certos limites. Dentre eles, pode-se destacar o limite de que a produção não avance na deterioração da biosfera. No entanto, mesmo a ética ambiental é um sistema antropocêntrico, no sentido de que tem como enfoque os interesses humanos. (HEYWOOD, 2010, p. 57)

Por conseguinte, no contexto das abordagens ecologistas avaliadas como superficiais ou profundas, o ecofeminismo atribui parte da causa da destruição ecológica ao patriarcado, sendo esta a razão porque analisam determinadas instituições, uma vez que, mesmo a divisão do trabalho pode produzir relações de gênero que carregam consigo a dominação sobre as mulheres (HEYWOOD, 2010, p. 65), bem com o controle sobre a natureza. Haveria, neste sentido, uma perspectiva privilegiada das mulheres em relação às consequências prejudiciais da industrialização desenfreada, uma vez que:

A ideia de que a natureza é um recurso a ser explorado ou uma força a ser subjulgada é mais abominável às mulheres do que aos homens, porque elas reconhecem que a natureza age nelas e por meio delas, e sentem de um modo intuitivo que a realização pessoal surge da ação junto com a natureza e não contra ela. (HEYWOOD, 2010, p.65)

Mostra-se, portanto, com mais ênfase relações biológica e historicamente estabelecidas entre as mulheres como criaturas próximas da natureza (e da ação da

dominação) e a consideração de que os homens fariam parte da cultura. Embora, ao serem considerados enquanto espécie, tanto os homens e quanto as mulheres sofram as consequências do desequilíbrio da biosfera. Heywood visualiza, então, uma série de desafios para o ecologismo do século XX, na medida em que se considerarmos a sua versão profunda, trata-se de prescrever a “[...] transformação do sistema econômico ou a reordenação das relações de poder dentro do sistema político [...] [um] novo modo de ser, uma maneira diferente de vivenciar e entender a existência.” (HEYWOOD, 2010, p.67)

Deste modo, a partir do âmbito produtivo, econômico e político, alcançam-se questões existenciais, relativas ao modo de vida que as sociedades industrializadas incentivam. É por esse amplo aspecto, que o ecologismo reavalia os desenvolvimentos econômico e produtivo, tornando possível visualizar as relações de poder estabelecidas, sejam elas exercidas sobre os seres humanos ou sobre a natureza: em última instância, repercutem no aspecto existencial.

O ecofeminismo é referido por Donna Haraway, no texto *Saberes localizados*, como a reflexão sobre o mundo que queremos, na medida em que, a partir da perspectiva feminista, é necessário aproximar-se do que ela denomina a “agência ativa do mundo”. Além disso, Haraway salienta que as ecofeministas foram as que “[...] mais insistiram em algumas versões do mundo como sujeito ativo, não como recurso a ser mapeado e apropriado.” (HARAWAY, 1995, p.37)

Estas passagens poderiam ser interpretadas à luz das relações de poder a que a natureza e a mulher estariam sujeitas. Porém, afirma algo a mais: sugere que o modo mais apropriado de se relacionar com o mundo, entendido aqui como sinônimo de natureza, é considerando-o ativo, sujeito que não é passível de objetificação. Embora não possamos, neste texto, aprofundar a concepção de agência vinculada ao mundo entendido como sujeito ativo, é relevante pontuar que a industrialização desmedida é alvo, inclusive, da epistemologia feminista, na medida em que Haraway afirma que o capitalismo, marcado pelo patriarcado, “[...] transforma tudo num recurso para ser apropriado, na qual um objeto de conhecimento é, no limite, ele mesmo apenas matéria para o poder seminal, o ato, do conhecedor.”(HARAWAY, 1995, p.35)

E, do mesmo que em Beauvoir temos a dominação masculina como uma das causas da redução da experiência das mulheres, o patriarcado, quando observado do ponto de vista produtivo, também produz objetos que reafirmam e renovam o poder do

conhecedor, negando a condição de ativo àquilo que é conhecido, reduzindo instrumentalmente o objeto a recurso disponível (HARAWAY, 1995, pp. 34 - 35). Para os interesses do desenvolvimento, a natureza se torna “[...] matéria-prima da cultura, apropriada, conservada, escravizada, exaltada ou de outras maneiras tornada flexível para ser utilizada pela cultura na lógica do colonialismo capitalista.” (HARAWAY, 1995, p.36)

Para além de incentivar a compreensão da natureza como ativa, e não apenas um recurso, Vandana Shiva ressalta que o desenvolvimento promove o empobrecimento, mesmo que em seu projeto inicial tenha se apresentado como promessa de bem-estar e de abundância para o terceiro mundo, pois o progresso seria para todos. No entanto, os indicadores financeiros não mostram a correlação entre a destruição ambiental e a pobreza, enfatizando a questão dos padrões de consumo (SHIVA, 1997, p. 96 – 97). Assim, segundo Shiva, as “[...] economias de subsistência que satisfazem as necessidades básicas através do autoaproveitamento não são pobres no sentido de privação” (SHIVA, 1997, p.98), confunde-se, deste modo, a “[...] produção de mercadorias com uma melhor satisfação das necessidades básicas.” (SHIVA, 1997, p.99)

Nota-se que aquilo que Haraway denomina em sua contribuição à epistemologia feminista como colonialismo capitalista acirra a dicotomia (e não apenas o dualismo) entre natureza e cultura. No entanto, em sua vertente desenvolvimentista, não é apenas a natureza que é afetada, mas as mulheres e os que dependem mais diretamente dos seus cuidados. Não por acaso a aproximação entre a natureza e a mulher permanece na tensão entre, por um lado, uma relação que dignifica por atribuir a capacidade de produzir e de reproduzir vida aos dois elementos relacionados, e, por outro lado, uma relação que reduz a experiência das mulheres e da natureza, pois a sua aproximação também se dá por serem marcadas por relações de dominação, exercidas pelo capitalismo produtivo sem limites.

## **A NATUREZA E A MULHER NO ECOFEMINISMO**

Maria Mies formula uma questão bastante provocativa: quem fez da natureza nossa inimiga? No texto de título homônimo, Mies parte do caso de Chernobyl para ressaltar que a tecnologia nuclear é destrutiva, perigosa e não pode ser controlada (cf.

MIES, 1997, p. 121). Ela, ademais, critica com veemência os que afirmam que a “[...] energia atômica é necessária para manter o nosso padrão de vida, [pois] as mulheres têm que se preocupar onde obter alimentos não contaminados para as suas famílias, para os seus filhos.” (MIES, 1997, p.123)

Ao final de sua análise, Mies considera que mesmo que a tecnologia atômica opere segundo a lógica do progresso e da civilização, tratar a natureza como inimiga faz com que hoje a percebamos como hostil (MIES, 1997, p. 124), sendo necessário incentivar novas formas de tecnologia que objetivem “[...] alterar as relações sociais e desenvolver uma alternativa ao paradigma científico dominante e às suas tecnologias, com base num diferente relacionamento dos seres humanos com a natureza.” (MIES, 1997, p.128)

Note-se que Mies retoma o aspecto epistemológico, alvo do texto de Haraway (1995), mas de uma maneira diferente. Enquanto Mies torna urgente repensarmos uma aplicação tecnológica particular que já se apresentou como nociva aos seres humanos e à natureza, analisando a tecnologia como um subsistema do sistema produtivo e desenvolvimentista dominante, o texto de Haraway (1995) centrou-se na necessidade de revisitarmos a nossa concepção de mundo, sugerindo que o consideremos como sujeito ativo. Desta maneira, a crítica de Haraway é mais abrangente que a de Mies, porque afetaria tanto o contexto das experiências de vida, quanto o contexto da formulação das teorias científicas e de suas aplicações.

Shiva, por sua vez, nos move para um nível ainda mais abrangente de crítica ao ressaltar que as relações de poder dos

[...] dominadores, [que] durante séculos subjulgaram e reduziram as suas próprias mulheres ao estatuto de apêndices desajeitados e desintelectualizados, exerceram uma discriminação sobre as mulheres das colônias no acesso à terra, à tecnologia e ao emprego. (SHIVA, 1997, p.100)

A abrangência da observação de Shiva nos move, assim, do diagnóstico sincrônico para causas diacrônicas que justificam nossa atitude perante a natureza. Desta forma, podemos afirmar que Shiva (1997), mais do que Haraway (1995), assenta a discussão em bases históricas, o que, para a epistemologia feminista, significa localizar o conhecimento, na medida em que os corporifica, mesmo que o resultado obtido sejam visões parciais dos fenômenos investigados. Segundo Haraway, trata-se do

incentivo de saberes localizados e corporificados, pois “[...] as esperanças feministas de parcialidade, objetividade e conhecimentos localizados, estimulam conversas e códigos neste potente nódulo nos campos de corpos e significados possíveis.” (HARAWAY, 1995, p.41)

Situando ainda mais estas conversas, o texto de Janyne Sattler (2019) poderia ser lido como estudo de caso a partir das abordagens de Shiva e de Haraway, localizando o conhecimento no Brasil. Pois, segundo a Sattler, o saber sobre o campo foi extorquido, operacionalizando-se sobre as terras indígenas e tornando o campo como meio para a expansão da cultura monopolista. Assim, os povos da floresta e os agricultores perdem capacidade de resistência à produção sem limites (SATTLER, 2019, pp. 167 – 168), estabelecendo condições para a manutenção do bioimperialismo. Shiva reconhece igualmente os perigos da cultura monopolista, pois, para ela,

[...] a diversidade biológica, que satisfaz muitas necessidades alimentares dos pobres, é eliminada e substituída por monoculturas de sementeiras de rendimento, ou por sistemas de utilização da terra inadequados à ecologia e à satisfação das necessidades alimentares. (SHIVA, 1997, p. 105)

Assim, Shiva propõe que as mulheres e crianças sejam consideradas em primeiro lugar, embora esta perspectiva requeira, por si só “[...] uma inversão da lógica que tem tratado as mulheres como subordinadas por criarem a vida, enquanto os homens superiores por a destruírem” (SHIVA, 1997, p.117). Promove-se, desta maneira, a dupla desvalorização do trabalho da mulher: “[...] primeiro porque o seu trabalho coopera nos processos da natureza e, segundo, porque o trabalho que satisfaz as necessidades e garante o sustento é, geralmente, desvalorizado” (SHIVA, 1997, p.101). Cooperando com a natureza, os aspectos relativos à manutenção da vida são enfatizados, pois a alimentação inadequada pode implicar em consequências graves, tais como as complicações na gravidez, nos partos, na subnutrição dos bebês.

Sattler caracteriza a modernidade como o “[...] domínio do indômito, encarnado aqui pela natureza (caótica, selvagem, insubmissa), pela mulher, pela emotividade, pelas populações não brancas – e pela lentidão ineficaz do tempo de cada coisa” (SATTLER, 2019, p.171). Ou seja, operando na substituição da natureza errática pela constrangida (OLIVEIRA, 2010, p. 137) e na dominação dos corpos e das mentes visando o aumento da velocidade da produção. Colocar as mulheres e as crianças em

primeiro lugar significa, no sentido de Shiva, o cuidado com a terra e com o alimento que mantém condições apropriadas de sobrevivência. A colonização historicamente vivenciada, no entanto, repercutiu não apenas no alijamento da terra, mas também nas mentes, o que significa, para Sattler, uma “[...] adoção inquestionada dos pressupostos e dos valores dos colonizadores.” (SATTLER, 2019, p.172)

Assim, estas considerações críticas do ecofeminismo, sejam às dirigidas aos sistemas epistemológicos dominantes, às aplicações tecnológicas ou à dominação historicamente constituída parecem apresentar dois objetivos em comum: primeiro, a ênfase na experiência das mulheres e, segundo, a concepção de natureza ativa. Como as experiências das mulheres são enfatizadas, outros valores<sup>6</sup> se sobressaem além da eficácia, que incentiva a maior produtividade.

Shiva apresenta exemplos de valores evidenciados pelas abordagens ecofeministas: a subsistência, a proteção, o afeto, a compreensão, a participação, o lazer, a criação, a identidade e a liberdade (cf. SHIVA, 1997, p. 104 - 105). E, de acordo com Sattler, o capitalismo que propaga a monocultura, incentiva valores tais como: “[...] universidade, regularidade, ordem, progresso, linearidade, universalidade, imparcialidade, neutralidade” (SATTLER, 2019, p.172). Propondo novos valores que estejam na base das relações epistemológicas entre os sujeitos, com saberes locais e corporificados, e o enfoque na experiência das mulheres como próximas da vida, as ecofeministas visam reduzir certas consequências do controle sobre o corpo feminino, na medida em que a acumulação capitalista considerou o sexuado feminino como reprodutora de corpos. (SATTLER, 2019, p. 175)

No entanto, é preciso ressaltar dois aspectos: em primeiro lugar, que as propostas feministas não se voltam apenas para mulheres; e, em segundo lugar, que na análise ecofeminista a relação entre natureza e mulher está na base da reflexão. Assim, em relação à primeira advertência, Sattler afirma:

Um projeto feminista não é, por isso, um projeto “feminino” e não é um projeto de e para mulheres, mas é um projeto de construção e respeito mútuo em direção a uma sociedade de cooperação igualitária

---

<sup>6</sup> Neste texto não estou preocupada em desenvolver uma diferença entre valores cognitivos, que seriam propriamente aplicáveis ao âmbito científico, e sociais (LACEY, 2010, capítulo 11). Os valores estão, segundo Lacey, entremeados nas relações de vida, assim como em nossas práticas, pois a “[...] a de um agente exibe um comportamento que manifesta constante, consistente e recorrentemente valores” (LACEY, 2008, p. 54).

– também porque necessita repensar a sua relação com outros marcadores como raça, classe, e localização geográfica, e porque os sujeitos dos feminismos são também gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. (SATTLER, 2019, p.185)

Finalmente, em relação à segunda advertência, sobre a manutenção da relação entre natureza e mulher, Shiva afirma que:

Todas as realizações passadas do patriarcado têm-se baseado na alienação da vida e conduzido ao empobrecimento das mulheres, das crianças e do ambiente. Se quisermos inverter este declínio, a criação, ao contrário da destruição da vida, deve ser vista na nossa capacidade para reconhecer, respeitar e proteger o direito à vida de todas as espécies variadas do mundo. (SHIVA, 1997, p.117)

Nota-se, então, que a complexidade das questões ambientais se propaga em várias direções. No entanto, a partir da perspectiva ecofeminista é preciso reportar sempre à experiência das mulheres, mesmo que de modo não uniforme e essencial, pois a vivência histórica da industrialização produtivista e sem limites desborda em propostas de desenvolvimento, que afetam tanto no empobrecimento das mulheres, quanto na destruição do ambiente necessário para a sobrevivência humana. Trata-se, portanto, de uma perspectiva analítica que é ativadora de uma nova compreensão do mundo, menos centrada na produção acelerada e crescente, e mais centrada na vida, considerando-a em suas fragilidades e em seu potencial transformativo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desde a constituição da proposta vinculada ao utopismo técnico próprio do projeto baconino, as sociedades industriais e tecnologicamente informadas expandiram o modelo de desenvolvimento para os países libertos dos enlaces históricos do processo de colonização. Embora inicialmente com ganhos distribuídos e significativamente ampliando a qualidade de vida e a justiça social, a crise do desenvolvimento, ou da teoria do desenvolvimento (HÄUSLER, 2000, p. 54), que desembocou no empobrecimento das mulheres, de seus dependentes diretos e na destruição ambiental.

As ecofeministas, assim como as feministas, dirigem-se para o esclarecimento das relações de dominação, presentes nas instituições e nas práticas de vida da modernidade. Porém, as ecofeministas analisadas sugerem uma série de revisões nos âmbitos produtivo industrial, epistemológico e existencial. Dentre elas cabe destacar

que, no âmbito epistemológico e existencial, a relação entre a natureza e a mulher é preservada, mesmo que se possa acusar esta abordagem de manter a concepção essencialista de mulher, na medida em que a vincula a capacidade gerativa e de cuidado.

Apesar deste risco, foi possível extrair do estudo dos textos analisadas níveis distintos de análise, sendo Shiva (1997) responsável por considerações críticas mais amplas e historicamente situadas, por abordar tanto a dominação masculina a partir do patriarcado, quando da perspectiva das mulheres empobrecidas, porque perdem os meios necessários para a sua sobrevivência e a de seus dependentes. Haraway (1995), embora com o texto mais centrado em aspectos epistemológicos, apresenta análise em nível mais baixo, se comparada à de Shiva, na medida em que nos recomenda partir de uma concepção de mundo como ativo, o que poderia ser aplicável tanto à ciência e à tecnologia, quanto à experiência humana. A abrangência das análises de Shiva e Haraway nos faz considera-las diacrônicas, pois, embora abordando a situação presente das mulheres, recorrem a contextualizações histórico-sociais mais amplas.

Mies (1997) e Sattler (2019) situam a reflexão crítica feminista com dois exemplos. Enquanto a crítica de Mies parte da análise das consequências da tecnologia atômica após o acidente de Chernobyl, Sattler parte da experiência e dos saberes do campo que foram historicamente colonizados pela monocultura e, além disso, que se encontram praticamente sem possibilidade de resistência à aceleração da produção. Deste modo, Mies e Sattler, poderiam ser classificadas, para fins de nossa análise, como perspectivas sincrônicas, porque embora historicamente situadas, tecem suas críticas a partir do ponto de vista particular, a partir da experiência de consequências nocivas, respectivamente, da tecnologia e da industrialização que também afeta do campo.

No entanto, não se deve considerar que as propostas mais abrangentes sejam mais relevantes que as menos abrangentes. A expansão do modelo de desenvolvimento, pautado no aumento da industrialização, requer diálogos plurais, considerando que o impacto da destruição ambiental e do empobrecimento pode ser sentido não apenas pelas mulheres, mas igualmente pela espécie humana, a partir do ponto de vista da sobrevivência.

Assim, por mais utópicas que algumas propostas ecofeministas possam parecer, na medida em que requerem, em seu conjunto, uma ampla revisão nos âmbitos produtivo, epistemológico e existencial, atribui relevância epistêmica para a perspectiva das mulheres, devido à proximidade que as suas atividades (produtivas e reprodutivas)

mantêm com a natureza. A partir desta relação, talvez se possa descobrir novas vias de realização humana, menos nocivas à natureza e aos próprios seres humanos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 2 ed. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009 [1949].
- BOURG, Dominique. **Natureza e técnica**: ensaio sobre a ideia de progresso. Tradução Maria Carvalho. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- BRAIDOTTI, Rosi; CHARKIEWICZ, Ewa; HÄUSLER, Sabine; WIERDA, Saskia. **Mulher, ambiente e desenvolvimento sustentável**: uma análise teórica. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- HARAWAY, Donna. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, vol. 5, 1995 [1988]. p. 7 – 41.
- HÄUSLER, Sabine. **Desenvolvimentalismo**: um discurso de poder. In: BRAIDOTTI, Rosi; CHARKIEWICZ, Ewa; HÄUSLER, Sabine; WIERDA, Saskia. **Mulher, ambiente e desenvolvimento sustentável**: uma análise teórica. Lisboa: Instituto Piaget, 2000. p. 41 – 56.
- HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas**: do feminismo ao multiculturalismo. Tradução Janaína Marcoantonio; Mariane Janikian. São Paulo: Ática, 2010. 144 p.
- LACEY, Hugh. **Valores e atividade científica**. 2 ed. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/ Editora 34, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Valores e atividade científica 2**. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/ Editora 34, 2010.
- MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Tradução Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. **Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ROSENDO, Daniela; OLIVEIRA, Fábio A. G.; CARVALHO, Priscila; KUHNEN, Tânia A. (org.). **Ecofeminismos; fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019.
- SATTLER, Janyne. **Um projeto ecofeminista para a complexidade da vida**. In: ROSENDO, Daniela; OLIVEIRA, Fábio A. G.; CARVALHO, Priscila; KUHNEN, Tânia A. (org.) **Ecofeminismos; fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019. p. 167 – 190.
- SHIVA, Vandana. **O empobrecimento do ambiente**: as mulheres e as crianças para o fim. In: MIES, Maria; \_\_\_\_\_. **Ecofeminismo**. Tradução Fernando Dias Antunes. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. p. 95 – 119.

RECEBIDO EM: 10/02/2020

PARECER DADO EM: 15/05/2020



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)